**VIGIAR E COMPARTILHAR:**

**Marcas da violência armada em redes digitais**

**Vinícius Flôres[[1]](#footnote-1)**

**Ronaldo Henn[[2]](#footnote-2)**

**Introdução**

Desde 1980, o Brasil contabilizou mais de 955 mil vidas ceifadas por armas de fogo. Os dados são do Atlas da Violência de 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Em 2017, o país chegou ao maior nível histórico de letalidade violenta intencional, com 65.602 homicídios contabilizados nos dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde. Em outros tempos, alertas sobre a violência armada ficariam circunscritos em instâncias institucionais da sociedade, como a polícia e o jornalismo. Comumente, virariam apenas mais um relato nas conversações cotidianas. Já o conhecimento sobre os perigos em determinados territórios se circunscreveria a alguns grupos sociais.

Nos tempos atuais, novas formas de vigilância sobre as cidades são acionadas em semioses compartilhadas através da web. Nessa ambiência, outras estratégias de resistência aos poderes estabelecidos pela violência armada são mobilizadas em discursos, sentidos e saberes locais, dinâmica que reconfigura a própria realidade através do registro de ciberacontecimentos (HENN, 2013, 2015), eventos que carregam consigo marcas do ambiente digital. Por essa perspectiva, depreende-se a dimensão acontecimental como um fenômeno de ordem hermenêutica, notabilizado no âmbito dos sentidos como um espaço organizador da experiência (QUÉRÉ, 2005). Em vista disso, buscamos lançar um olhar analítico sobre a construção espacial do ponto de vista da comunicação em tempos de redes digitais, tendo como questão norteadora compreender a constituição de um sistema de relações através de semioses sobre a violência armada, decorrentes de processos de vigilância compartilhada em territórios urbanos.

O marco teórico parte do tensionamento entre a filosofia do dispositivo de Michel Foucault (2013, 2017) e a noção comunicacional de dispositivo interacional de José Luiz Braga (2017). A plasticidade do dispositivo engloba uma heterogeneidade de relações, de ordem material e imaterial, compondo um *sistema de relações*, ou seja, um modo de agenciamento entre esses elementos. Esta dinâmica se caracteriza por processos interacionais, a partir dos quais a comunicação se depreende e desencadeia semioses - ação, geração e propagação de signos (PEIRCE, 2002).

Por meio destas dinâmicas, são acionados processos de vigilância que, na atualidade, se configuram por seus modos generalizados (BRAGA 2016) e distribuídos em diversas instâncias (BRUNO, 2010, 2013). Com base nessas proposições, selecionamos uma angulação específica de análise do nosso objeto, que denominamos de *vigilância compartilhada*. De igual forma, nos aproximamos das proposições geográficas integradoras de Milton Santos (2005, 2006) e Rogério Haesbaert (2002, 2004), para quem o espaço-tempo passa a ser concebido como um híbrido de processos materiais e simbólicos. Nessa perspectiva, a dimensão territorial contempla distintas abordagens - das múltiplas relações de poder no âmbito territorial à compreensão da relação permanente entre redes e territórios.

Com base nesse amálgama teórico entre dispositivo, interação, comunicação, territórios e semioses, assumimos como objetivo investigar a construção de sentidos sobre a violência armada em territórios urbanos, através de processos de vigilância compartilhada em redes digitais a partir do *Fogo Cruzado[[3]](#footnote-3)*. Trata-se de um laboratório de dados sobre violência armada que atua na região metropolitana do Rio de Janeiro desde julho de 2016 e na Grande Recife desde abril de 2018[[4]](#footnote-4). As informações coletadas são agregadas a um banco de dados público e georreferenciadas em tempo real em um mapa colaborativo, acessível gratuitamente através de um aplicativo para tecnologia *mobile*, com alertas emitidos também em distintas redes sociais na web.

Nas últimas décadas, o Rio de Janeiro se tornou palco de disputas territoriais do tráfico de drogas, que se articula para além da cidade. Entre os principais grupos, apresentam-se as facções criminosas Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro, Amigos dos Amigos e os paramilitares, também conhecidos como milícias, que inicialmente se propunham a garantir na bala a segurança dos bairros, com uma série de condições impostas, mas que hoje também traficam. Em anos mais recentes, também estão presentes nos meandros do poder político e econômico.

Em linhas gerais, os grupos disputam terreno em quatro áreas do Rio de Janeiro: (1) o Centro, caracterizado por ser pouco residencial e mais voltado ao comércio; (2) a Zona Sul, que contempla os bairros mais nobres e as principais áreas turísticas, cujas favelas têm suma importância porque vendem para quem tem mais dinheiro; (3) a Zona Norte, a mais populosa da cidade, considerada a primeira região de subúrbio, com um crescimento vinculado às vias férreas, com ligação com a Baixada Fluminense; e (4) a Zona Oeste, considerada a região mais extensa do Rio de Janeiro, com cerca de 75% do território da cidade. De um lado, ela simboliza a ascensão de uma nova classe A e, por outro, mostra uma cidade à parte das outras regiões (OLLIVEIRA & EIRAS, 2018).

Para este artigo, nosso corpus se volta para a análise dos sentidos expressos em comentários das publicações e notificações do *Fogo Cruzado* no *Twitter* e no *Facebook*, referentes aodia 20 de junho de 2018. A data ficou marcada por duas ações policiais, na Maré e no Pavão-Pavãozinho, na Zona Norte do Rio de Janeiro, que contabilizaram oito pessoas mortas. Entre elas, o adolescente Marcos Vinicius da Silva, de 14 anos, que estava a caminho da escola, em uma cidade sob intervenção militar a mando do então presidente Michel Temer. A partir da análise do acontecimento em curso, buscamos identificar territórios notadamente da ordem dos sentidos, que denominamos de *territorialidades semióticas*, os quais circundam e se articulam com o sistema de relações investigado.

**Dispositivo como sistema de relações**

A epistemologia inaugurada por Foucault apresenta como objeto aglutinador a noção abrangente de dispositivo, a partir da qual esquadrinha uma série de matrizes para entender o engendramento de saberes, as relações de poder e os mecanismos constituídos. A primeira característica a ser sublinhada da noção disposicional é a sua heterogeneidade. A plasticidade do conceito possibilita que englobe “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo” (FOUCAULT, 2013, p. 364).

Nessa linha, o dispositivo é o *sistema de relações* que se estabelece entre esses elementos[[5]](#footnote-5). Nas palavras de Foucault (2013, p. 364), entre os componentes do dispositivo existe “um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes”. Trata-se da lógica relacional, também presente nas dinâmicas de poder, leitura que se distingue da tradição das ciências políticas. A rigor, se caracteriza pelo viés pragmático, definido como um tipo de formação que, em um dado momento na história, dispôs de uma “função estratégica dominante” (FOUCAULT, 2017, p. 365) oriunda da urgência identificada entre seus elementos – humanos ou não, discursivos ou não.

Por seu turno, o funcionamento interno de um sistema de relações não se fecha, o que faz com que necessite de um “perpétuo preenchimento estratégico” através de arranjos para lidar com efeitos não previsíveis e articulações com outros dispositivos. De acordo com Braga (2017, p. 14), estas características articuladoras decorrem historicamente dos processos, que configuram “modos tendenciais”, para que se efetivem de forma sucessiva, e “estruturais”, para que se tornem “padrões, regras, códigos, para-códigos”. Por esta leitura, as processualidades viabilizam as relações de dispositividade e as suas operações internas.

Dentre a multiplicidade de processos em vigor na sociedade, destacam-se os inferenciais, os quais “são resultado de um problema prático para o qual os participantes devem oferecer soluções” (BRAGA, 2017, p. 9). Isto é, para dar conta da urgência identificada pelo sistema de relações. “A inferência é o elemento central – que, no processo de aperfeiçoamento de suas táticas sociais e pessoais, desenvolve códigos (elementos compartilhados) que favoreçam e agilizem comunicações crescentemente complexas”. Por essa visada, destaca-se o caráter interacional dos dispositivos, de onde emerge a comunicação.

Estas dinâmicas estabelecidas em interações do sistema de relações fazem depreender e desencadear semioses, compreendidas por um olhar semiótico enquanto ação, geração e propagação de signos (PEIRCE, 2002), notoriamente inscritos na noção abrangente de linguagem. Assim, a constituição de um sistema de relações passa, inegavelmente, pelas vias comunicacionais. Elas são acionadas culturalmente para operacionalização de episódios interacionais dos dispositivos, de onde os sujeitos envolvidos produzem e fazem circular sentidos. Entre eles, talvez um dos principais seja a própria orientação geográfica dos humanos.

**Pistas de um sistema de relações de orientação**

Dentre a heterogeneidade de sistemas de relações, nos questionamos especificamente como são viabilizadas as práticas orientacionais no espaço-tempo? Em primeiro lugar, a manutenção da vida sempre dependeu da capacidade de orientação no mundo. Para certos animais, essa aptidão é uma inerência biológica. Para o gênero homo, desde a África centro-oriental, a compreensão tempo-espacial foi viabilizada através de práticas inferenciais coletivas. Esse longínquo processo auxiliou a mantê-lo resguardado de inimigos – congêneres, outros seres do planeta e demais intempéries da natureza.

Por seu turno, as caças eram asseguradas com a prática de reflexão, a articulação estratégica e os movimentos de antecipação ao alvo. Via de regra, eram atividades promovidas em grupo. Portanto, a captura de animais era possibilitada pois se exercia de modo coletivo e, dentro do possível, taticamente articulada. Nesse sentido, a urgência primária de um sistema de relações de orientação foi a sobrevivência. Por uma perspectiva histórica, a concepção deste sistema de relações prolongou a existência humana.

Porém a noção orientacional é mais contemporânea. Apesar de ser uma prática milenarmente constituída, a gênese da palavra orientação deriva do latim, *oriens*, e do francês, *oriente*. Ambas variações significam *leste*. Elas vieram dos mosteiros onde mapas geográficos eram elaborados, nos quais *leste* se situava no topo. Essa peculiaridade se dava por conta dos lugares sagrados dos cristãos em Jerusalém, ao leste da Europa, mas também por coincidir com a direção do nascer do Sol.

Não por acaso, historicamente os principais orientadores foram os astros. No deserto do Saara, o povo nômade tuaregue guiava caravanas de camelos em paisagens monocromáticas através do movimento do Sol e das constelações (KAUROV, 1999). Do outro lado do Atlântico, indígenas do noroeste amazônico construíram uma distinta compreensão espaço-temporal, remanescente do período pré-colonial, baseada no ocaso dos astros como referencial de estações e práticas sociais e religiosas (FLÔRES, 2017).

O desenvolvimento de aparatos técnicos também transformou o fluxo humano no planeta (BERNÁTH et al., 2014). Em certos casos, a mudança foi uma questão de acionamento de táticas e atribuições de outros sentidos em relação aos objetos. Como é o caso da bússola, de origem mística na China do século I para a difusão entre marinheiros europeus a partir de 1187, como retratam os escritos do monge agostiniano Alexander Neckam (FRIEDMANN, 2008).

Essas novas *urgências* do sistema de relações de orientação também fomentaram a prática da cartografia, no intuito de tornar inteligível as orientações para execução marítima. Paulatinamente, substituiu-se a importância do *saber adquirido* de comandantes e pessoas delegadas exclusivamente para orientar as viagens. Assim, as práticas espaciais foram se reinventando conforme novos experimentos e sentidos eram acionados. Já no último século, com a constelação de satélites artificiais estruturada desde os anos 1970, a obtenção de coordenadas de um ponto qualquer da superfície terrestre se propagou como prática social e se naturalizou entre os civis.

Estas nuances sociais, técnicas e históricas reconfiguraram o modo do ser humano de se situar no mundo. De acordo com o geógrafo brasileiro Milton Santos (2005), a questão espacial, intrínseca à problemática orientacional, deve ser apreendida em conjugação com a noção de tempo. A acepção de espaço se vincula com a ação humana sobre o meio natural, em distintas escalas - cartográficas, por uma via quantitativa; e geográficas, do local ao global, por uma ótica qualitativa. Desse modo, o espaço geográfico deve ser compreendido como um híbrido, pois integra tanto processos materiais, engendrados ou não por humanos, quanto dinâmicas culturais que envolvem um conjunto de estruturas, relações sociais e temporalidades distintas.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2006, p. 39).

A acepção espacial está umbilicalmente conectada com a noção de tempo. Se uma determina o local de manifestação dos acontecimentos, a outra indica quando ocorrem. Nessa linha, a matriz de ambas são os eventos – que acontecem em um dado momento, criando o tempo, e que se situam geograficamente em um lugar, formando o espaço. Logo, espaço e tempo estão sempre articulados. "A ideia de tempo é inseparável da ideia dos objetos e de seu valor” (SANTOS, 2006, p. 103). Antes da existência humana, no início de tudo, apenas eventos físicos tinham a qualidade de universais. Com o ciberespaço, emerge um novo tipo de acontecimento de espalhamento planetário, com marcas do ambiente digital e uma aberta potencialidade de criação (HENN, 2013, 2015).

Dentre as “categorias analíticas internas” (SANTOS, 2006, p. 12) da noção espaço-temporal, apresenta-se a configuração territorial, definida por uma parcela de espaço apropriada e perpassada por relações de poder. Conforme Milton Santos (2005), o território *a priori* não é um conceito, mas torna-se através do movimento dos indivíduos que dele se apropriam. Ou seja, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 2005, p. 255). Logo, o território também precisa ser observado a partir de uma dimensão pragmática, pois o espaço é “o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais” (SANTOS, 2002, p. 95-96).

Nessa linha, o geógrafo Rogério Haesbaert (2004, p. 79) advoga a articulação com uma perspectiva teórica integradora para dar conta das híbridas dimensões territoriais da contemporaneidade. Nas suas palavras, devem ser compreendidas através da “imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural". Dessa maneira, territorialidade deve ser vista tanto como fixação e estabilidade quanto uma mobilidade controlada, exemplo do território-rede estabelecido através do ciberespaço, onde a conexão dos pontos é o aspecto mais importante.

**Redes, amadores e vigilância compartilhada**

A técnica executa uma relação modalizadora ao criar dinâmicas e espaçamentos entre sujeitos até então inexistentes. Transformada em meio, reflete na organização social enquanto mídias, as quais passam a ser o elemento constituidor do fazer comunicativo, ocupam um espaço de mediação e possibilitam a emergência de novas culturas através das apropriações dos sujeitos (MARTÍN-BARBERO, 2004, 2015). Nas últimas décadas, a dimensão mediacional dos processos midiáticos se transforma na medida em que os *amadores* rompem as barreiras da produção de discursos. Assim os acontecimentos passam a depender menos de instituições de referência e mais de tecnologias. Nesse contexto, o *expert* não somente é aquele chancelado institucionalmente, mas também o sujeito que, munido de sua própria experiência (SILVERSTONE, 2002), se apresenta como alguém apto (FLICHY, 2016).

O acesso às informações possibilitado pela tecnologia em crescente convergência (JENKINS, 2009) não esmaece as diferenças sociais. Dito de outra maneira, as dimensões políticas e econômicas não desaparecem como se fez entender o discurso tecnodeterminista (MARTÍN-BARBERO, 2004; CARLÓN, 2016). Historicamente, a própria ingenuidade do público relacionada aos meios massivos sempre foi um discurso sem fundamentação empírica. Por sua vez, a ideia de *nativos digitais* preteriu por muito tempo a variedade de literacidades midiáticas existentes em favorecimento ao discurso do *empoderamento* *da Internet* (LIVINSTONE, 2011). Desse modo, o presente trabalho não compreende o acesso facilitado às tecnologias como sinônimo de uma convergência de sentidos, discursos e apropriações. De igual forma, a tecnologia não se resume ao âmbito meramente instrumental, mas também se constitui enquanto uma *janela de oportunidade* para transformação de práticas para além do espectro material.

Essa difusão tecnológica na sociedade reconfigura as formas clássicas de vigiar. Nesse cenário, os processos midiáticos passam a ter um papel onipresente - desde a centralidade da televisão na geografia dos lares (ECO, 1986) até o esmaecimento da dicotomia público e privado (CARLÓN, 2015; FLICHY, 2016) através de distintos processos de vigilância. O próprio celular se transforma em uma espécie de extensão da vida, nos acompanhando do acordar ao dormir, dos cômodos de nossas casas aos rotineiros percursos urbanos. Nessa linha, os processos de vigilância são convidados a ingressar em novos territórios pelo vetor midiático, em especial com a imbricação dos polos de produção e recepção discursiva. De outro lado, esse vigiar não deve ser apreendido como algo *a priori* negativo. Tanto pode ser endêmico como antídoto, a depender do ponto observacional (BRAGA, 2016).

Os dispositivos móveis se tornaram preponderantes nesse contexto. Na leitura de Lemos (2010, p. 61), estamos na era da mobilidade informacional. Tecnologias baseadas em localização se expandiram consideravelmente com a proliferação de aparelhos móveis, dos primeiros telefones celulares aos *smartphones* com infindáveis versões, e com as redes telemáticas sem fio, do Wi-Fi ao recente 5G, “possibilitando aliar, pela primeira vez, localização, vigilância e mobilidades física e informacional”. Esses aparatos tecnológicos podem ser definidos como *mídias locativas* que congregam *Location Based Systems[[6]](#footnote-6)* (LBS) com *Location Based Technologies[[7]](#footnote-7)* (LBT) em articulação com as redes digitais e serviços a elas associados.

A ideia de mídia locativa foi proposta inicialmente no meio artístico por Karlis Kalnins, em 2003, na Letônia. A ideia era se diferenciar de projetos comerciais e mostrar as contradições de questões como mobilidade, localização, espaço público e vigilância. Lemos (2010) lembra ainda que, nos anos 1990, Ben Russel foi um dos pioneiros nessa linha ao argumentar, em um manifesto, que o ciberespaço começaria a respigar nas coisas e vazar para o mundo real. Por essa angulação, a mobilidade por redes ubíquas implica uma condição ambivalente: se de um lado oferece liberdade informacional nos territórios urbanos, de outro insere regimes de visibilidade sutis e invisíveis de controle, monitoramento e vigilância, nuances do sistema de relações aqui analisado.

Conforme Henrique Antoun (2010, p. 147), a palavra *vigilância* (do inglês, *surveillance*) possui parentesco com *vigília* (*vigil*) e laços etimológicos com *velar* (*veiller*). Sobre essa última, destaca que tanto significa um cuidado constante, um *sobre-cuidado* (*sur-véillance*), quanto um *ocultamento*, no caso de um cadáver de um ente querido. “Nesses termos revelar é também velar de novo: o mesmo gesto que apresentava algo, se ocultava, por detrás desta apresentação”. Em suma, a palavra pode ser compreendida como o cuidado de modo exageradamente atento a algo em particular, em um tempo em que o futuro assombra o presente.

De acordo com Fernanda Bruno (2013), a segurança é um dos principais argumentos da aceitabilidade do atual estágio de vigilância na sociedade. No final de sua obra, Foucault chega a questionar se a economia geral do poder nas sociedades ocidentais contemporâneas estaria se circunscrevendo na ordem da segurança. Nessa linha, o risco se apresenta como uma probabilidade de um evento ocorrer, enquanto a vigilância seria o seu antídoto. No atual cenário, é necessário abrir mão de grandes modelos de compreensão da vigilância, “sob pena de perdermos de vista as singularidades dos processos, dispositivos e práticas que estão em curso” (BRUNO, 2013, p. 17).

Essa visão é ratificada por Braga (2016), para quem deve-se evitar generalizações do quadro abrangente da temática. Para ele, o caminho é buscar os objetivos, os sentidos e os processos diversificados que emergem das dinâmicas do vigiar. Além disso, alerta para evitar o enfoque excessivo na informação, que assumiu grande relevância na sociedade contemporânea, tanto posta em circulação como retida em determinados lugares. Assim, deve-se enfatizá-la apenas como parte dos episódios comunicacionais, mais complexos que o aspecto informacional. Nessa linha, uma postura binária da vigilância entre antes e depois se mostra debilitada, pois “as modificações são cumulativas sobre outros processos que continuam a ocorrer, ou correspondem apenas a ênfases diversas ainda em processo” (BRAGA, 2016, p. 89).

Braga (2016) denomina de *vigilância generalizada* as angulações do vigiar na contemporaneidade. Sob esta noção, se apresentam a ampliação dos processos de captura de informação, alastrado para além da emissão; a diversificação de temas, instâncias e processos que permeiam o vigiar; a variedade dos espaços, atividades e formas em que se capturam informações; a relativa desvinculação entre o processo de captura e os objetivos relacionados à informação capturada; os objetivos prévios, que deixam de ser um critério geral da vigilância; a circulação intensificada e diversificada; o embate do ato de capturar, em favor da transparência na sociedade; e a resistência aos processos tradicionais de controle social, característica de ativistas e grupos organizados.

Já Bruno (2013) propõe o termo *vigilância distribuída* como definição do estado geral, que exprime sete características principais: (1) ubíqua e incorporada em dispositivos tecnológicos; (2) marcada pela diversidade de tecnologias, práticas, propósitos e objetos; (3) indiscernibilidade, não direta ou intencionalmente voltada *stricto sensu*, mas um efeito colateral ou muitas vezes característica secundária de outro dispositivo; (4) função potencial ou efeito secundário de dispositivos projetados para outras finalidades, como controle de fluxos, comunicação, geolocalização, entretenimento, etc.; (5) distribuída entre indivíduos, instituições – agentes humanos e não humanos; (6) não restringida aos circuitos de controle, segurança e normalização, mas também perpassada pelos âmbitos de entretenimento; e (7) vinculada ao exercício da cidadania.

Nesse trabalho, propomos a noção de *vigilância compartilhada*. A intenção não é contrapor à vigilância generalizada, de Braga (2016), ou à vigilância distribuída, de Bruno (2010, 2013). Pelo contrário, nos sustentamos nos estudos destes autores para selecionar uma angulação específica. Dito de outra maneira, não enfatizamos somente a generalidade do vigiar na contemporaneidade ou a maneira espalhada com que ela se formaliza. O que este trabalho pretende é tentar compreender uma vigilância particular, cuja característica principal é o compartilhamento em rede, ou seja, um vigiar singular posto em circulação, visibilizado por muitos e somado a outras atividades observacionais.

**Método e angulações do estudo**

A investigação proposta do sistema de relações estabelecido pelo *Fogo Cruzado* se caracteriza como um estudo de caso (BECKER, 1993; BRAGA, 2008), cuja matriz de pensamento se vincula ao paradigma indiciário. O trabalho com indícios resulta na reconstrução de uma série coerente de eventos a partir de pistas, sintomas e vestígios. O pressuposto central é a inacessibilidade das realidades estudadas. “Quando as causas não são reproduzíveis, só resta inferi-las a partir dos efeitos” (GINZBURG, 1989, p. 169).

Nessa tecelagem reconstrutiva dos sentidos, toma-se como aporte metodológico a Teoria Geral dos Signos desenvolvida por Charles S. Peirce (1977), compreendida em termos de uma gramática do pensamento. Particularmente, nos interessam processos interacionais do *Fogo Cruzado*, a partir dos quais a comunicação se depreende e, em torno da temática da violência armada, são desencadeadas semioses – ação, geração e propagação de signos (PEIRCE, 2002).

Com a identificação do acontecimento em curso e dos sentidos acionados, buscaremos identificar territorialidades semióticas que permeiam o nosso objeto empírico. Essa abordagem se inspira nos trabalhos do *Laboratório de Investigação do Ciberacontecimento (LIC)*, do PPGCOM da Unisinos, em especial a Análise de Construção de Sentidos em Redes Digitais elaborada pelo grupo, que mescla análise de conteúdo com tratamentos cartográficos para problematizar territorialidades no plano de significações nas redes digitais.

Em um primeiro movimento, descrevemos o início da plataforma até o que denominamos de modelo comunicacional primário do *Fogo Cruzado*. Esta etapa se baseia em dados coletados em três anos de pesquisa e em uma entrevista semiestruturada por videoconferência com a idealizadora do projeto, na tarde do dia 29 de abril de 2019. No segundo movimento, para compreensão da construção de sentidos, optamos por nos ater às notificações do *Fogo Cruzado* nas redes sociais digitais *Twitter* e *Facebook*, assim como nos respectivos comentários dos usuários, tendo em vista a inacessibilidade dos fenômenos em questão e o anonimato dos colaboradores da plataforma.

Para esse trabalho, focamos em um dia específico, 20 de junho de 2018. A data ficou marcada por duas ações policiais, na Maré e no Pavão-Pavãozinho, na Zona Norte do Rio de Janeiro, que contabilizaram oito pessoas mortas. Entre elas, o adolescente Marcos Vinicius da Silva, de 14 anos, que estava a caminho da escola. Nosso intuito é apreender a constituição do acontecimento em seu curso no tempo e, com base nos discursos dos usuários, compreender a construção de sentidos no sistema de relações *Fogo Cruzado* referente à violência armada em territórios urbanos.

**Vidas não contadas: da invisibilidade à vigilância compartilhada**

O ano é 2015. A capital fluminense se prepara para receber os Jogos Olímpicos no próximo ano. A capa do jornal *Voz das Comunidades[[8]](#footnote-8)* anuncia que o Complexo do Alemão, na Zona Norte da cidade, está há 100 dias convivendo com tiroteios. Contudo, esse acontecimento não estava sendo noticiado na grande mídia, conforme a jornalista Cecília Olliveira, idealizadora do *Fogo Cruzado* e editora do *The Intercept Brasil[[9]](#footnote-9)*. Quando informações sobre vítimas de balas perdidas foram procuradas no site do Instituto de Segurança Pública[[10]](#footnote-10), notou que os últimos dados eram de três anos atrás.

Sem qualquer notificação sobre tiros, muito menos vítimas, na virada de 2015 Cecília começou a contabilizar manualmente a violência armada. O experimento iniciou com uma planilha no *Google Docs,* com dados coletados via *Facebook*. Segundo a jornalista, o trabalho foi facilitado pela natureza do acontecimento, que tendencialmente gera comentários nas redes sociais. “Eu contando só isso, eu tinha ali tipo sete, oito, dez [ocorrências] por dia. Obviamente, eu tinha plena convicção de que era só a minha bolha. Óbvio que era mais do que isso”, afirma.

A partir desses apontamentos, iniciou o planejamento de como sistematizar essa coleta e dar vida ao projeto. Na época, entrou em contato com a socióloga Maria Isabel Couto, doutora em Antropologia Social, que trabalhava na iniciativa *Jovem Negro Vivo*, que integrava uma campanha maior da *Anistia Internacional[[11]](#footnote-11)* chamada *A Violência Não Faz Parte Desse Jogo*, focada em violações no período dos Jogos Olímpicos. Dentro dessa campanha, havia a previsão de ter alguma iniciativa tecnológica, sem um formato pré-determinado. O importante era chamar a população a fazer parte da vigilância, pois a segurança pública é um assunto que tangencia a todos.

Nesse sentido, concluiu que um aplicativo *mobile* era o modelo ideal, já que a informação estaria na mão de qualquer pessoa. Além disso, pensou que precisaria de um site, onde pudesse colocar mais informações do que dentro de uma estrutura para *smartphones*, assim como dispor de matérias e relatórios vinculados a um banco de dados. O *Fogo Cruzado* entrou no ar 30 dias antes das Olimpíadas. O intuito era dispor de um relatório sobre tiroteios de um mês assim que os Jogos começassem. Atualmente, o laboratório de dados conta com quatro jornalistas (incluindo Cecília), um programador e a socióloga Maria Isabel. A iniciativa está vinculada ao sponsor *Instituto Update[[12]](#footnote-12)*. No total, atualmente são aproximadamente 250 mil *downloads* do aplicativo.

O trabalho é realizado diariamente, em turnos de seis horas, das 6h da manhã à meia noite, de modo remoto. Todas as notificações passam por um processo de checagem, atividade tipicamente jornalística, que envolve cruzamento do que está sendo noticiado pela imprensa no momento, o que os *scripts* que automatizam buscas detectaram de conversações nas redes sociais e o que os órgãos de segurança pública dispõem de informações. Com o acontecimento confirmado, a notificação é publicada no banco de dados, o aplicativo emite um alerta aos usuários e o incidente fica em registro público.

A média de descarte é de aproximadamente 16% das informações submetidas, conforme Cecília. Além dos alertas da população no aplicativo, eles recebem informações por *WhatsApp*, *Twitter* e *Facebook*. No caso do*s* aplicativos de mensagens instantâneas, somente são consideradas fontes conhecidas e com relacionamento prévio, como coletivos, comunicadores e moradores ativos localmente. Além do aplicativo e do site, as notificações de tiroteios também são replicadas em uma conta no *Twitter[[13]](#footnote-13)*, em uma página no *Facebook[[14]](#footnote-14)* e em um grupo do *Telegram[[15]](#footnote-15)*.

O *Fogo Cruzado* também se utiliza dos informes da polícia e o que é noticiado na imprensa como fonte, tanto para alimentar o banco de dados como para atualizá-lo. A cada mês, o *Fogo Cruzado* elabora um relatório com o balanço de tiroteios nos últimos 30 dias, delineia o perfil dos acontecimentos e apresenta quais aspectos se sobressaíram. Por semana, são produzidos em média três informes disparados em um grupo de *WhatsApp* com jornalistas de vários veículos de comunicação, no qual só é permitida a publicação por parte do administrador. Os dados também são enviados através de um *mailing* com contatos de veículos e comunicadores.

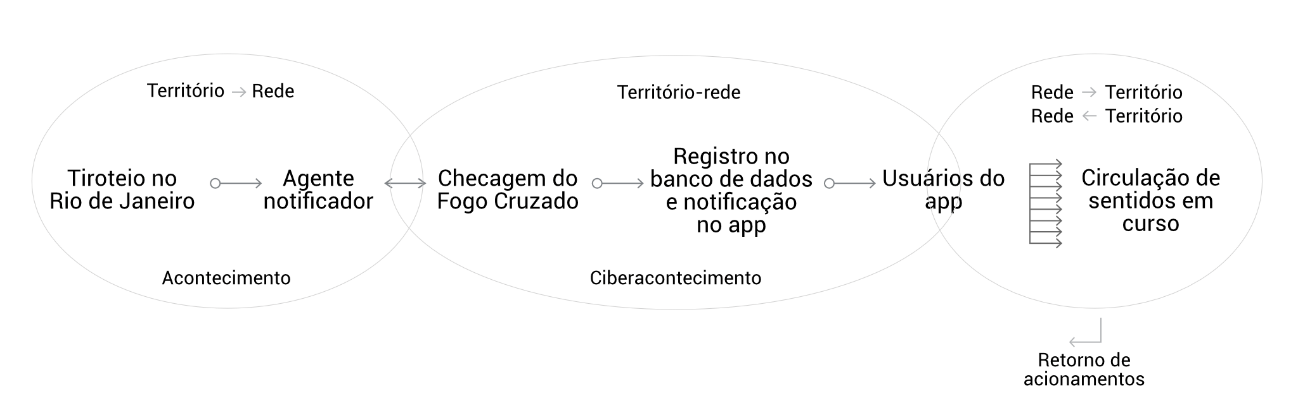
A rede do laboratório de dados se estende ao âmbito da pesquisa. No primeiro semestre de 2019, o *Fogo Cruzado* abriu todos os dados em uma API[[16]](#footnote-16) para estreitar os laços com pesquisadores, gestores públicos, jornalistas que são especialistas em cobertura de dados e desenvolvedores de aplicações. A ação visa reduzir o trabalho da própria equipe, que a cada pedido precisava parar o trabalho em curso. Entre as instituições parceiras, estão a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada e a Stanford University de Palo Alto, nos Estados Unidos. Já entre os órgãos de justiça e segurança pública, o Ministério Público e o Instituto de Segurança Pública mantêm uma parceria.

Dessa forma, identificamos três núcleos e seis principais etapas marcam o modelo comunicacional do sistema de relações estabelecido pelo *Fogo Cruzado.* Antes há que considerar, como já assinalou Miquel Rodrigo Alsina (2007), os modelos são uma representação simplificada da realidade[[17]](#footnote-17). Dito isto, inicialmente decorre a percepção acontecimental do tiroteio *in loco* por parte da população. Nesse estágio, indubitavelmente o acontecimento se situa na ordem física da territorialidade urbana. A rigor, em milissegundos o cérebro da pessoa presente interpretará os signos sonoros como um sinal de perigo, emitirá um alerta para o sistema nervoso e desencadeará uma série de reações corpóreas. Não há tempo para reflexão.

Dessa situação ilustrada, desponta o *agente notificador* do acontecimento. Tendo em vista o anonimato possibilitado da plataforma, este sujeito pode ser a população que se encontra nesse contexto de violência, usuários nas redes que relatam os disparos, publicações de veículos de imprensa (tradicionais e alternativas) ou, também, informes dos órgãos públicos de segurança. Nessa fase, inicia-se a transição do acontecimento do território físico para o ambiente em rede, em uma ordem *território → rede*. Repassada a notificação, a equipe do projeto inicia a checagem do acontecimento com técnicas jornalísticas atreladas a elementos de programação como *scripts*.

Com a confirmação, o tiroteio é registrado no banco de dados e o aplicativo do *Fogo Cruzado* notifica todos usuários que configuraram sua conta para receber aquele perfil de informação. Nesse estágio, o acontecimento passa a carregar consigo marcas específicas da ordem das redes digitais, transmutando-se em ciberacontecimento. De igual forma, a territorialidade material dá lugar ao binômio *território-rede*, que marca a imbricação dos âmbitos físico e virtual.

Gráfico 1 – Modelo comunicacional do *Fogo Cruzado*



Fonte: Criado pelos autores.

Por fim, com a mensagem nos celulares dos usuários, desponta a terceira nucleação do modelo. Nessa fase, há o que compreendemos como um fluxo difuso entre rede e território, sem distinção clara. Ainda no *Gráfico 1*, múltiplas setas buscam representar a multiplicidade de sentidos que são acionados após a notificação recebida. Uma seta abaixo, em sentido contrário, propõe a ideia de não-linearidade do modelo e o retorno dos acionamentos para as etapas precedentes, em diferentes afetações.

A seguir, mergulhamos nas especificidades do caso proposto para este artigo a identificar as territorialidades semióticas que emergem do corpus de análise.

**Caso Maré: Da notificação à tragédia anunciada**

Quarta-feira, 20 de junho de 2018. O aplicativo *Fogo Cruzado* notifica às 5h45 da manhã um tiroteio na Vila Pinheiro, no Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro. A fonte referida na notificação é a imprensa. A conta oficial no *Twitter* replica a informação, com as *hashtags* #TirosRJ e #FogoCruzadoRJ. Esse *tweet* seria o primeiro de uma série de 23 publicados naquele dia. A data ficou marcada por duas ações policiais, na Maré e no Pavão-Pavãozinho, que contabilizaram oito pessoas mortas nas duas localidades. Entre elas, o adolescente Marcos Vinicius da Silva, de 14 anos, que estava a caminho da escola, em uma cidade sob intervenção militar.

Em resposta ao primeiro *tweet*, forma utilizada no *Twitter* para criar um elo entre as publicações, o *Fogo Cruzado* publica às 6h58 uma notícia do jornal *O Globo* reportando "intenso tiroteio durante operação da Polícia Civil". Essas informações são republicadas na página no *Facebook* horas depois (9h45 e 10h59, respectivamente). Um usuário marca outro no primeiro post para alertar sobre o acontecimento. Novamente, uma notícia de *O Globo* é publicada às 9h15 no *Twitter*. Agora, a matéria confirma a morte de cinco pessoas e o então ferimento do adolescente Marcos Vinicius. Nos comentários, um usuário afirma: "Se forem os excluídos da sociedade, será ótimo". Essa publicação só seria divulgada às 13h15 no *Facebook*.

Assim como nos comentários do *Twitter*, uma usuária busca justificar o acontecido no *Facebook*: "Enquanto os traficantes dessas facções não pararem de querer tomar o morro do outro isso nunca vai acabar - cv - tcp - 3º comando e o cacette a quatro -- tem que acabar com essa raça de traficantes -- ESTAMOS EM GUERRA sempre morrerao inocentes que estão no meio disso [...]" (sic).

Às 11h13, outra notícia de *O Globo* é publicada no *Twitter*. Agora sobre o relato de uma professora, que descreve que os alunos ficaram "deitados no chão, juntinhos, chorando" durante os tiros. Pela manhã, foi o *tweet* com maior interação (32 *retweets* e 38 curtidas). No *Facebook*, apareceu divulgada às 15h12. Um minuto depois, é republicada, com acréscimo das mesmas *hashtags* do *Twitter*. Provavelmente por algum mal-entendido da equipe.

O acompanhamento do caso prossegue pela tarde no *Twitter*. A conta publica às 13h15 um vídeo da *Maré Vive*[[18]](#footnote-18) de um helicóptero da Polícia Civil fazendo voos rasantes na comunidade. Também é possível ouvir tiros sendo disparados, sem deixar claro se partem da aeronave. No *Facebook*, esse mesmo vídeo é publicado às 17h32. Nos comentários, uma usuária marca outra, que responde: "Não é aonde eu moro não”. Uma terceira também comenta: “So deus” (sic).

Uma notícia do jornal *Extra* é publicada às 13h17, que informa a morte de seis pessoas e o adolescente ferido com um tiro na barriga. A mesma só é publicada às 17h17 no *Facebook*. Três horas após, precisamente às 16h41, o *Fogo Cruzado* reitera a informação, colocando-a em perspectiva no ano de 2018: 35 ocorrências com pelo menos três civis mortos em cada, totalizando 138 vítimas fatais. No *Facebook*, o *Fogo Cruzado* publica às 22h28 uma notícia de *O Globo* sobre a confirmação da morte de Marcos Vinicius, o estudante atingido a caminho da escola durante a operação das forças policiais na Maré. Nos comentários, a maior parte dos usuários lamenta a tragédia. Um deles faz menção ao presidenciável Jair Bolsonaro, que promete precisamente armar a população como medida de segurança. Outros culpabilizam o "governo", os "viciados em drogas" e a "mídia falsa".

No *Twitter*, o caso só volta a repercutir no dia seguinte, 21 de junho. A página informa a mesma nota de *O* *Globo*. Em outro *tweet*, o adolescente vira estatística: a 13ª vítima fatal de balas perdidas em 2018. Nos comentários, um usuário critica a ação da polícia. "Em pleno 2018 e ainda temos q engolir essa ladainha de q precisamos de operações policiais violentas q invariavelmente matam inocentes e não combatem crime algum. Até quando? até quando nossos jovens serão mortos? #maré #intervençãofederal #fogocruzadorj" (sic). No mesmo *tweet*, outro usuário destoa do primeiro: "A violência faz parte da favela que é dominada por narcotraficantes. Eles matam, torturam, geram o caos. Mortes são o resultado desses vagabundos se apropriarem do lugar como se fossem deles”. E continua, em outro comentário: "Infelizmente estamos em guerra!! Precisamos continuar com as operações policiais sim, o tráfio se expande com toda a suas mazelas" (sic).

No *Facebook*, as manifestações seguem a mesma linha. Entre os compartilhamentos em modo público[[19]](#footnote-19), uma usuária descreve no post "Meu Deus guarda minha familia mim sentido muito preocupada" (sic). Já outra faz menção às políticas de migração dos Estados Unidos, em discussão naquela semana: "Crianças no inferno por aqui também, é sempre bom lembrar". O mesmo com outro usuário, que diz: "Crianças nos EUA choram enjauladas e separadas dos pais. Crianças no Rio de Janeiro choram dentro da escola, no horário de aula, com medo de bala".

A operação na Maré contou com uma centena de policiais civis, militares do Exército e agentes da Força Nacional. Conforme a Polícia Civil, o objetivo era cumprir 23 mandados de prisão e checar informações obtidas por meio do setor de inteligência. O intuito era encontrar suspeitos da morte do inspetor Ellery de Ramos Lemos, chefe de investigações da Delegacia de Combate às Drogas, assassinado oito dias antes em uma operação em Acari. O delegado da Polícia Civil Marcus Amim, que também atua como comentarista do programa *SBT Rio*, declarou após a morte do colega que a corporação iria "caçar" os responsáveis. Na televisão, afirmou que todos os envolvidos de Acari hoje são inimigos da Polícia Civil do Rio de Janeiro: “Nós vamos caçar vocês onde quer que estejam. Não adianta colocar no *Facebook* que criança foi baleada... Mentira. Não adianta, vocês não vão conseguir tirar a gente aí de dentro. Nós vamos a qualquer horário, não tem horário pra gente"[[20]](#footnote-20).

**Semioses em curso e acionamentos outros**

Uma breve ressalva se faz necessária. Embora nosso estudo se centre no sistema de relações acionado pelo *Fogo Cruzado*, as publicações analisadas foram criadas conforme as lógicas internas das redes sociais *Twitter* e *Facebook*, como a limitação de caracteres e as prioridades dos algoritmos de acordo com cada seguidor. Outro aspecto é que, como foi um acontecimento de grande comoção nacional, a diversidade de cobertura midiática disponível aos usuários provavelmente foi significativa. Logo, o simples trabalho observacional revela limitações. De um lado, não dispõe de acesso a caminhos outros que os usuários percorreram nas mídias*.* De outro, impossibilitado de auferir processos de recepção que não deixam vestígios.

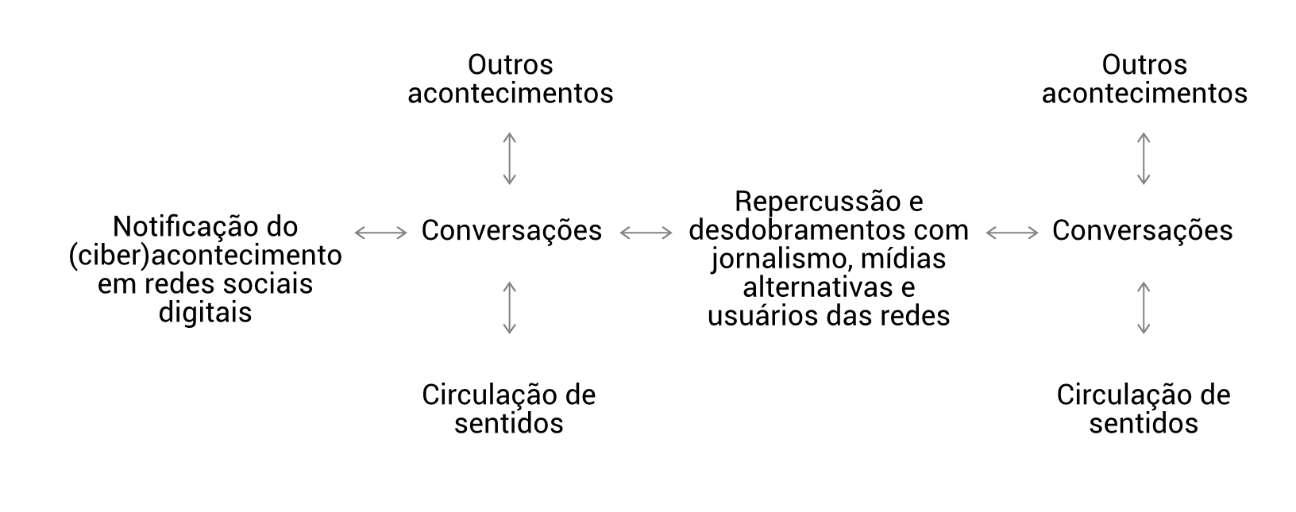
Reconhecidas as restrições, a primeira lógica observada nessa cobertura foi a constante publicação de notícias da mídia tradicional, seja para dar continuidade à notificação ou mesmo atualizar o acontecimento no curso de seu tempo. O único momento que fugiu à regra foi no início da tarde, quando replicaram o vídeo do canal de mídia independente *Maré Vive*. Outra marca do *Fogo Cruzado* foi a utilização das *hashtags* #TirosRJ e #FogoCruzadoRJ em todas publicações. O próprio ícone do aplicativo é representado por uma *hashtag* com duas balas indo em direções opostas. Evidentemente, esse é um dos aspectos inerentes das molduras das redes sociais *Twitter*, originalmente, e *Facebook*, mais recentemente.

Nos sentidos expressos nos comentários, identificamos três territorialidades semióticas predominantes. A primeira diz respeito à orientação, um dos propósitos do *Fogo Cruzado*. Ela transparece quando usuários marcavam outros, como forma de avisar do perigo naquele momento na Maré. Já outras se situam na ordem de emoções primárias, que desviam das intenções do enunciador, como a comoção e o ódio. Uma grande parcela dos comentários se caracterizou por um sentimento de lamento pelo acontecimento. A violência do próprio Estado, o envolvimento de inocentes e, principalmente, a morte do adolescente a caminho da escola corroboram para a emergência dessas manifestações.

De igual proporção, apareceram comentários que compactuavam com a operação policial, justificavam a morte de inocentes e saudavam o político defensor da ditadura militar, que se tornou presidente do Brasil. Essas nuances escapam ao estudo em questão, inerentes de processos sociais outros. A própria presença de um delegado participante da ação em um programa de televisão, a declarada ameaça de morte e a naturalização do ódio revelam uma macro problemática, da ordem de regimes totalitários como o fascismo.

Essas impressões de ódio parcialmente perdiam lugar quando as publicações envolviam crianças e a morte do adolescente. As reações se dividiam em criticar a ação policial, culpabilizar dependentes químicos ou mesmo atribuir o problema à “mídia falsa”. Também houve menções a acontecimentos em circulação naquele momento, como as políticas de migração dos Estados Unidos e a separação de crianças de seus pais. No Gráfico 2, na sequência, buscamos em um outro modelo comunicacional, agora nas redes sociais, transparecer essas mútuas afetações que decorrem no curso acontecimental.

Gráfico 2 – Modelo comunicacional do *Fogo Cruzado* nas redes sociais



Fonte: Elaborado pelos autores.

Essas setas apontam para a capilaridade dos processos comunicacionais do sistema de relações *Fogo Cruzado*. Na origem do processo, essa rede intenta orientar a população fluminense das áreas de riscos marcadas pela violência armada. Contudo, ao acompanhar a cobertura da operação policial no Complexo da Maré, revelam-se acionamentos outros que escapam ao simples propósito de orientação geográfica.

Dessa forma, identificamos três territorialidades semióticas principais no corpus em análise do sistema de relações *Fogo Cruzado*: orientação, comoção e ódio. A primeira transparece quando usuários marcavam outros nas publicações, como forma de avisar do perigo naquele momento na região. Na ordem das emoções primárias, uma grande parcela dos comentários se caracterizou por um sentimento de lamento pelo acontecimento, o que denominamos de territorialidade da comoção.

Já a territorialidade do ódio evidencia o discurso vigente na atualidade brasileira, com a chancela e a tentativa de construir justificativas para injustiças em nome de uma autodenominada moralidade. Esses sentidos se arrefeceram na circulação discursiva quando, no acontecimento em análise, começou a aparecer o envolvimento de crianças. Nesse momento, as conversações assumiram outros rumos e desdobraram para acionamentos de acontecimentos em curso naquele tempo-espaço.

**Notas em conclusão**

A guerra entre facções, milícias e polícias seria um inibidor de qualquer manifestação. Porém, um dos efeitos de sentido da web, o anonimato, viabiliza a identificação de territórios em conflito no Rio de Janeiro. Desse modo, o sistema de relações constituído em torno do *Fogo Cruzado* coloca em prática uma ressignificação coletiva espaço-temporal, no âmago da circulação de sentidos em redes digitais.

Por meio de uma vigilância compartilhada, os dados obtidos conseguem lançar holofotes para regiões historicamente invisibilizadas em termos midiáticos, identificar o que foge à regra nos tiroteios e consequentemente pautar a imprensa. A criação de um aplicativo *mobile* foi um dos facilitadores para compartilhar esse vigiar sobre a violência armada, facilitado por *scripts* criados com base na constatação de que acontecimentos que envolvem tiroteios tendem a ser comentados nas redes digitais.

Nesse sistema de relações, despontam uma rede fluída de atores envolvidos, que passam por instituições jornalísticas, canais alternativos de comunicação, instituições de Estado, a equipe do *Fogo Cruzado* e a própria população fluminense. Os tiroteios identificados por estes agentes são transformados em ciberacontecimentos, em uma práxis coletiva em rede que ressignifica territorialmente as relações sociais da cidade (SANTOS, 2002), alastrando as experiências dos participantes para territórios-rede (HAESBAERT, 2004), da origem presencial do acontecimento aos fluxos das redes.

As três territorialidades semióticas identificadas evidenciam, de um lado, o papel orientacional executado por este sistema de relações articulado pelo laboratório de dados *Fogo Cruzado*. Nesse caso, o sentido da palavra extrapola a noção meramente geográfica para se colocar também como um observatório social, que notifica a violência armada e a coloca em debate com a sociedade. Nessa ágora descentralizada em rede, com a sensação de permissividade que a web oferece, emergem tanto sentidos que se comovem com a causa social quanto aqueles que destilam os piores sentimentos em caracteres.

**Referências**

ALSINA, Miquel Rodrigo. **Los modelos de la comunicación**. Madrid: Editorial

Tecnos, 1995. 2ª edição, reimpressão 2007.

ANTOUN, Henrique. Vigilância, comunicação e subjetividade na cibercultura. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. P. 141-154.

BECKER, Howard. Sobre Metodologia. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Hucitec, 1993. P 17-46.

BERNÁTH, Balázs et al. How could the Viking Sun compass be used with sunstones before and after sunset? Twilight board as a new interpretation of the Uunartoq artefact fragment. **Proceedings of the Royal Society A**. London, 2014.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, v. 1, n. 1, p. 73-88, 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Vigilância: o alcance do processo e da palavra. In: CASTRO, Paulo César (org.). **Vigiar a vigilância**: uma questão de saberes? Maceió: EDUFAL, 2016. P. 85-97.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Dispositivos Interacionais. In: Braga, J. L., Calazans, R., & Rabelo, L. (*et al.*). **Matrizes Interacionais**: a comunicação constrói a sociedade. (p. 17-42). Campina Grande: EDUEPB, 2017.

BRUNO, Fernanda. Mapas de crime: vigilância distribuída e participação na cultura contemporânea. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. P. 155-173.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Máquinas de ver, modos de ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2013. 190 p. (Coleção Cibercultura)

CARLÓN, Mario. **Después del fin**: una perspectiva no antropocéntrica sobre la post-tv, el post-cine y Youtube. Buenos Aires: La Crujía, 2016. 172p.

ECO, Umberto. Tevê: a transparência perdida. In. **Viagem na irrealidade cotidiana.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 28pp.

FLICHY, Patrice. Internet, um mundo para os amadores. In: FLICHY, Patrice; FERREIRA, Jairo; AMARAL, Adriana (orgs.). **Redes digitais**: um mundo para os amadores. Novas relações entre mediadores, mediações e midiatização. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2016. P.13-48.

FLÔRES, Vinícius. Midiatização amazônica: a construção sistêmico-discursiva do InfoAmazonia. **Dissertação de mestrado** (Pós-Graduação em Comunicação Midiática). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 27ª ed. São Paulo: Graal, 2013. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 5. ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. p. 363-406.

FRIEDMANN, Raul M. P. **Fundamentos de orientação, cartografia e navegação terrestre**: um livro sobre GPS, bússolas e mapas para aventureiros radicais e moderados, civis e militares. Curitiba: Editora UTFPR, 2008. 2ª Edição. 412p.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**. Schwarcz, 1989. p. 143-179, 1989.

HAESBAERT, Rogerio. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade (4a ed.). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HENN, Ronaldo. O ciberacontecimento. In: VOGEL, D., MEDITSCH, E, e SILVA, G., **Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais***.* Florianópolis: Insular. P.p 21-34, 2013.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Seis categorias para o ciberacontecimento. In: NAKAGAWA, Regiane Miranda; SILVA, Alexandre Rocha. (Org.). **Semiótica da Comunicação II**. 1ed.São Paulo: Intercom, 2015, v. 2, p. 208-227.

IPEA; FBSP. Atlas da Violência 2019. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 2019.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009. 2 ed.

KAUROV, E. N. Sky luminaries in the space orienting activity of homo sapiens in the middle palaeolithic. **Astronomical and Astrophysical Transactions**, vol. 17, 1999. p. 459-473.

LEMOS, André. Mídias locativas e vigilância. Sujeito inseguro, bolhas digitais, pareces virtuais e territórios informacionais. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo (org.). **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. P. 36-60

LIVINSTONE, Sonia. Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line. In: **Revista Matrizes.** Ano 4 – nº 2 jan/jun. 2011.p11-42.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Razón técnica y razón política: espacios/tempos no pensados. In: **Revista ALAIC.** Nº01, 2004.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. 360p.

OLLIVEIRA, Cecília; EIRAS, Yuri. O fim de uma facção. The Intercept Brasil. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://theintercept.com/2018/12/13/o-fim-de-uma-faccao/ Acesso em: 5 de maio de 2019.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica.** São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1977.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **The collected papers of Charles Sanders Peirce**. Charlottesville: InteLex, 2002.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos -** **Revista de Comunicação, Cultura e Educação**. Lisboa, n. 6, p.59-75, 2005.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL** - Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção 4ed. 2reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002. 302.p.

1. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, de São Leopoldo/RS. E-mail: vinidsf@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa. Professor adjunto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo/RS. E-mail: henn.ronaldo@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Site: <https://www.fogocruzado.org.br> [↑](#footnote-ref-3)
4. Como recorte de pesquisa, trabalharemos somente com materialidades do Estado fluminense, tendo em vista que se trata do território de origem da iniciativa. [↑](#footnote-ref-4)
5. Nas últimas décadas, a palavra francesa *dispositif*, traduzida literalmente como *dispositivo*, percorreu caminhos semânticos distintos daqueles projetados pelo filósofo francês, sendo hoje sinônimo de uma infinidade de aparatos. Assim, para melhor compreensão da nossa angulação de estudo, trataremos o dispositivo em questão como um *sistema de relações*, ou seja, um modo de agenciamento específico entre os seus elementos. [↑](#footnote-ref-5)
6. Sistemas baseados em localização, em tradução livre. [↑](#footnote-ref-6)
7. Tecnologias baseadas em localização, em tradução livre. [↑](#footnote-ref-7)
8. Jornal comunitário independente do Rio de Janeiro, fundado em 2005 no Complexo do Alemão. Site: <http://www.vozdascomunidades.com.br/> [↑](#footnote-ref-8)
9. Versão brasileira da publicação jornalística, que tem como um dos editores Glenn Greenwald, advogado e ex-jornalista do *The Guardian*. No Brasil, o veículo ficou conhecido pela série de reportagens *Vaza Jato*, que trouxe à tona a troca de mensagens entre membros da Operação Lava Jato e o então juiz Sérgio Moro. Site: <https://www.theintercept.com/brasil> [↑](#footnote-ref-9)
10. Autarquia vinculada à Vice-Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, cuja missão é produzir informações e disseminar pesquisas e análises com vistas a subsidiar a implementação de políticas públicas de segurança e assegurar a participação social na construção dessas políticas. Site: <http://www.isp.rj.gov.br/> [↑](#footnote-ref-10)
11. Organização não governamental internacional que defende direitos humanos. Fundada em 1961, conta com representantes em 150 países do mundo. Site: <https://anistia.org.br/> [↑](#footnote-ref-11)
12. *Think and do tank* de inovação política com sede em São Paulo, uma entidade dedicada a produção e difusão de informações sobre temas específicos, com objetivo de estimular a reflexão na sociedade e influenciar em ideias e em decisões na política. [↑](#footnote-ref-12)
13. Site: twitter.com/fogocruzadoapp [↑](#footnote-ref-13)
14. Site: facebook.com/fogocruzadoapp [↑](#footnote-ref-14)
15. Canal anunciado no dia 21 de junho de 2019 nas redes sociais do *Fogo Cruzado*, disponível em: [t.me/FogoCruzadoapp](http://t.me/FogoCruzadoapp?fbclid=IwAR3E9ggIwQNcYENePT7xG2h8ZR5LBMgFkDhDy4OJzmZnQ_-v2yED49NTJsE) [↑](#footnote-ref-15)
16. Do inglês *Application Programming Interface*. Trata-se do conjunto de regras que o Fogo Cruzado disponibilizada para outros aplicativos que pretendem utilizar as informações do banco de dados. [↑](#footnote-ref-16)
17. Miquel Rodrigo Alsina (2007) argumenta o modelo é uma construção racional, realizada pelo investigador, que serve de instrumento organizador para redução da entropia do fenômeno estudado. Portanto, busca representar ou dar inteligibilidade a uma realidade descrita. Nessa ótica, um modelo possibilita a visualização e a simplificação de fenômenos complexos para compreendê-los, assim como estabelece uma linha de pesquisa para que se efetive. Essencialmente, os modelos têm um caráter instrumental no âmbito das pesquisas. [↑](#footnote-ref-17)
18. Autodenominado canal de mídia independente e colaborativa feita por moradores de diversas partes do Complexo da Maré. Site: twitter.com/MareVive [↑](#footnote-ref-18)
19. A rede social não visibiliza usuários que compartilham publicações em modo privado ou somente para amigos. [↑](#footnote-ref-19)
20. BETIM, Felipe. Rasantes de helicóptero e sete mortos em dia de pânico na Maré, no Rio. EL PAÍS, 21 jun. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/20/politica/1529519369\_464493.html. Acesso em: 30 jun. 2018. [↑](#footnote-ref-20)